

Brasília-DF, 23 de outubro de 2026



MTP libera participação eleitoral sindical



O Ministério Público do Trabalho reafirmou que os Sindicatos têm direito de manifestar posicionamentos políticos durante as eleições, respeitando a legislação eleitoral.

Segundo a Nota Técnica PGT/MPT 6/2026, de 21 de outubro, a liberdade sindical também assegura às entidades participação ativa no debate político e democrático.

O documento destaca que organizações sindicais podem apoiar ou se opor a candidaturas, manifestando suas posições sobre projetos políticos que afetam os trabalhadores.

Legitimidade

O MPT reconhece a legitimidade dos Sindicatos para defender propostas de governo, especialmente as relacionadas aos direitos trabalhistas, condições de trabalho e emprego.

Dirigentes e entidades sindicais possuem proteção contra censura e intimidação, não podendo sofrer

punições por expressar posicionamentos políticos de maneira legítima publicamente.

Mas a legislação eleitoral fixa limites para essa participação, proibindo entidade sindical de doações financeiras ou contribuições econômicas ao financiamento de campanhas eleitorais.

Trabalhadores e democracia

O Ministério Público reforça a importância da liberdade de expressão sindical e reconhece o papel das entidades à sociedade democrática.

Permitida também que sindicatos apresentem reivindicações, debatam propostas e defendam políticas públicas capazes de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora brasileira.

A Nota destaca que o exercício legítimo da atividade sindical não deve sofrer restrições indevidas, desde que respeite as normas estabelecidas pela legislação eleitoral vigente.

Por fim, o material sintetiza a importância dessa participação com a mensagem: "Defender os trabalhadores também é participar da democracia", reafirmando o compromisso com direitos sociais.

A NOTA NA ÍNTEGRA – [Clique aqui e leia a Nota Técnica PGT/MPT 6/2026](#)

Fonte: Agência Sindical

A jornada de trabalho entra para história e para disputa pelo Brasil

Vitória por 75 a 1 no Senado marca conquista histórica dos trabalhadores, mas avanço enfrenta risco de retrocesso na disputa eleitoral e na composição do Congresso.



A aprovação, pelo Senado, dia 14, da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, por retumbante placar de 75 votos a 1, não foi acontecimento trivial. É o resultado de saga de lutas sociais e sindicais que atravessa décadas e remonta à

Brasília-DF, 23 de outubro de 2026

Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, quando a mobilização dos trabalhadores conquistou a redução da jornada semanal de 48 para 44 horas semanais.

De lá para cá, passaram-se quase 5 décadas. Não é pouco tempo ou pouca coisa do ponto de vista histórico.

O que está em jogo agora, portanto, vai muito além de mudança na organização do trabalho. Trata-se de conquista civilizatória, construída contra a resistência dos setores empresariais que, historicamente, tratam o tempo de vida dos trabalhadores como extensão dos interesses do capital.

A dimensão desse feito merece dissertações de mestrado, teses de doutorado e estudos que recuperem a trajetória de gerações de trabalhadores, dirigentes sindicais e parlamentares comprometidos com a ampliação de direitos.

Não se trata de equiparar acontecimentos de naturezas distintas, mas de reconhecer que as grandes transformações sociais, assim como outros momentos decisivos da história, alteram relações de poder e abrem novos horizontes para a humanidade.

A redução da jornada e o fim da escala 6x1 podem representar uma dessas mudanças. Afinal, trabalhar menos não significa apenas dispor de mais horas de descanso. Significa ampliar o tempo para conviver com a família, estudar, cuidar da saúde, participar da vida comunitária e exercer plenamente a cidadania.

Significa, sobretudo, afirmar que a vida não pode ser subordinada indefinidamente à lógica do lucro, que apenas o capital se apropria.

Tempo livre também é direito

A escala 6x1, que submete milhões de trabalhadores a 6 dias de trabalho para apenas 1 de descanso, tornou-se símbolo de realidade incompatível com as possibilidades de sociedade que dispõe de mais tecnologia, produtividade e conhecimento do que em qualquer outro momento da história.

Se a humanidade desenvolveu instrumentos capazes de produzir mais em menos tempo, por que os ganhos dessa evolução devem beneficiar quase exclusivamente os donos do capital? Por que o avanço tecnológico precisa significar, para tantos trabalhadores, intensificação do ritmo de trabalho, insegurança e exaustão?

A resposta passa pela disputa sobre quem se apropria da riqueza produzida coletivamente. A redução da jornada sem redução salarial enfrenta precisamente

esse problema: busca distribuir de maneira mais justa os frutos do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Não por acaso, a resistência empresarial foi tão intensa. O argumento de que a mudança seria inviável, destruiria empregos ou comprometeria a economia repete a velha fórmula usada contra direitos trabalhistas em diferentes épocas.

A mesma lógica acompanhou a luta pelo fim da escravidão, pela limitação da jornada, pelo descanso semanal remunerado, pelas férias e pelo 13º salário. Direitos que hoje parecem elementares também foram apresentados, em seu tempo, como ameaças à sobrevivência das empresas. A história demonstra que a resistência dos interesses estabelecidos não é prova de que a conquista seja impossível, mas frequentemente de que essa altera a distribuição de poder e renda.

Conquista e as urnas

É nesse contexto que a redução da jornada e o fim da escala 6x1 adquirem importância capital e decisiva para a reta final da disputa presidencial de 2026.

A vitória no Senado não encerra a batalha. Abre nova etapa, na qual a sociedade precisará defender o avanço conquistado e impedir que a correlação de forças políticas transforme essa vitória social em mais uma promessa frustrada.

A eleição, portanto, não se resume à escolha de presidente. Envolve também a definição do rumo dos direitos sociais, das relações de trabalho e do papel do Estado na construção do País com menos desigualdade.

De um lado, está a perspectiva de consolidar a conquista, assegurar sua implementação e avançar na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. De outro, a possibilidade de um governo de Flávio Bolsonaro (PL), apoiado por Congresso de perfil fortemente e majoritariamente reacionário, abrir caminho para desmontar direitos e reverter avanços obtidos a duras penas.

Não se deve tratar como fato consumado eventual revogação da medida. Mas tampouco se pode ignorar o risco político. Um governo comprometido com a agenda de desregulamentação do trabalho, respaldado por maioria parlamentar hostil aos direitos sociais, teria instrumentos para tentar restringir o alcance da conquista, alterar sua regulamentação ou promover retrocessos legislativos.

É justamente por isso que o resultado eleitoral importa. Eventual vitória de Flávio Bolsonaro não

Brasília-DF, 23 de outubro de 2026

significaria, automaticamente, o fim da redução da jornada, mas poderia criar condições políticas para ofensiva contra essa e outras conquistas da classe trabalhadora.

A experiência brasileira recente, marcada por reformas que destruíram direitos e enfraqueceram a proteção social, recomenda que ninguém subestime esse perigo.

Congresso e luta de classes

O placar de 75 a 1 no Senado revela a força social que a reivindicação alcançou. Mas seria erro interpretar essa votação como prova de que o Congresso, em sua maioria, abandonou a agenda de retrocessos ou passou a defender os interesses dos trabalhadores.

A votação expressiva também pode refletir o peso da pressão popular, a força da mobilização sindical e o custo eleitoral de se opor abertamente à demanda que conquistou amplo apoio. Em ano eleitoral, parlamentares sabem que votar contra medidas dessa natureza pode ter consequências nas urnas.

É preciso, portanto, distinguir o voto favorável à proposta da disposição efetiva de defendê-la até o fim. A história política brasileira está repleta de exemplos de forças que, diante da pressão social, recuam momentaneamente, mas voltam à ofensiva quando encontram condições e ambientes mais favoráveis.

O Congresso eleito em outubro de 2026 poderá ser ainda mais hostil aos direitos sociais. Se essa composição se combinar com governo de extrema direita, o risco de retrocesso será considerável. A defesa da conquista exigirá vigilância permanente, mobilização sindical, participação popular e pressão sobre os representantes eleitos.

Vitória que precisa ser defendida

A redução da jornada e o fim da escala 6x1 não poderão, isoladamente, a um partido, a um governo ou a um grupo de parlamentares. Trata-se de conquista da classe trabalhadora, fruto de luta coletiva que atravessou gerações. Mas o reconhecimento de sua origem não elimina a dimensão política de sua defesa: direitos não sobrevivem por inércia, muito menos quando interesses poderosos trabalham para restringi-los.

A tarefa do movimento sindical agora é transformar a vitória legislativa em direito efetivo, mobilizando as categorias, esclarecendo a sociedade e cobrando o cumprimento das medidas aprovadas. A tarefa das forças comprometidas com a democracia e a justiça social é impedir que a disputa eleitoral abra as portas para nova onda de retirada de direitos.

O que se decide nas urnas, assim, ultrapassa os limites de mandato presidencial. Está em jogo se o Brasil avançará na direção de sociedade em que o trabalho seja instrumento de dignidade e realização humana ou se continuará submetendo a vida de milhões de pessoas às exigências de mercado que não reconhece limites para empoderar e fazer crescer o lucro do capital.

A história não está escrita de antemão. A vitória de 75 a 1 no Senado demonstra que a mobilização social pode romper resistências aparentemente intransponíveis. Mas também ensina que nenhuma conquista está definitivamente assegurada enquanto houver forças dispostas a revertê-la.

A classe trabalhadora conquistou o direito de trabalhar menos. Agora, precisa impedir que as urnas entreguem a quem deseja retirar direitos o poder de devolver o Brasil ao passado.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Portal Vermelho

11,5 milhões de eleitores admitem mudar de voto, aponta Indexa

A três dias da votação, pesquisa mostra que 7,3% dos eleitores ainda admitem rever a escolha, ante 11,5% na rodada anterior. Entre os eleitores de centro, percentual chega a 13,3%.



A três dias do segundo turno, cerca de 11,5 milhões de brasileiros ainda admitem mudar de candidato na eleição presidencial. Embora expressivo, esse contingente encolheu: a parcela de eleitores dispostos a rever a escolha caiu de 11,5% para 7,3% entre as duas rodadas da pesquisa Indexa/Broadcast, divulgada nesta quinta-feira (22). Ao mesmo tempo, o percentual dos que consideram seu voto definitivo subiu de 85,5% para 89,8%. Outros 2,9% não souberam responder. Os resultados mostram um eleitorado mais decidido na reta final da disputa entre Flávio Bolsonaro (PL) e Lula (PT).

A estimativa de 11,5 milhões corresponde à aplicação dos 7,3% ao eleitorado brasileiro. Não se trata necessariamente de pessoas indecisas: são eleitores que podem já ter escolhido um candidato, mas admitem reconsiderar a decisão. O levantamento também aponta empate técnico entre Flávio e Lula. Nos votos válidos, o senador aparece com 50,6%, contra 49,4% do presidente.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2026

Eleitores de centro são os mais abertos à mudança

Entre os entrevistados que se identificam politicamente com o centro, 13,3% admitem rever o voto, quase o dobro da média nacional. Outros 83,5% afirmam que sua escolha é definitiva. A convicção é elevada entre os apoiadores dos dois candidatos: 95% dos eleitores de Flávio e 93% dos de Lula afirmam que não pretendem mudar de voto.

"A pesquisa mostra que os dois candidatos chegam à reta final com bases eleitorais bastante consolidadas. O desafio das campanhas é encontrar votos fora desses grupos. Em uma eleição tão equilibrada, conquistar uma pequena parcela dos indecisos, reduzir a abstenção ou convencer eleitores do adversário pode fazer a diferença", afirma Arilton Freres, sociólogo e CEO da Indexa Pesquisas.

Disposição para mudar varia por região e renda

O Sul apresenta a maior proporção de eleitores que admitem rever a decisão: 9,8%. Na região, 86,9% consideram seu voto definitivo, percentual inferior à média nacional. A renda familiar também está associada ao grau de convicção. Entre os brasileiros que recebem mais de cinco salários mínimos, 94% afirmam estar decididos. A proporção cai para 89% entre aqueles com renda de dois a cinco salários mínimos e para 86,8% entre os que vivem com até dois salários mínimos. As diferenças entre regiões e faixas de renda devem ser interpretadas com cautela, porque esses recortes possuem margens de erro superiores à da pesquisa nacional.

Ausentes representam outro grupo

Além dos eleitores que admitem mudar de candidato, há os que não compareceram ao primeiro turno. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) citados pela pesquisa, aproximadamente 33,4 milhões de brasileiros deixaram de votar em 4 de outubro. Parte deles pode comparecer no domingo, mas não é possível saber, a partir desse dado, quantos já têm preferência definida.

A pesquisa ouviu 2 mil eleitores por telefone nos dias 20 e 21 de outubro. O levantamento tem abrangência nacional, margem de erro de 2,2 pontos percentuais, nível de confiança de 95% e registro no TSE sob o número BR-02348/2026.

Fonte: Congresso em Foco

Projeto estabelece regras de saúde e ergonomia para trabalhadores do setor têxtil

Texto está em análise na Câmara dos Deputados



Marcos Tavares: proposta contribui para construção de ambientes de trabalho mais saudáveis - Foto: Cleia Viana / Câmara dos Deputados

O Projeto de Lei 3404/26 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para criar medidas específicas de proteção à saúde, à segurança e à ergonomia dos trabalhadores da indústria têxtil.

A proposta, em análise na Câmara dos Deputados, é de autoria do deputado Marcos Tavares (PDT-RJ).

As novas regras estabelecem que os empregadores deverão adotar ações permanentes de prevenção de riscos e fornecer gratuitamente equipamentos de proteção individual, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem afastar a obrigação de aplicar medidas coletivas de controle.

Ergonomia

O texto prevê a obrigatoriedade de adequações ergonômicas nos locais de trabalho. Entre as exigências estão:

- assentos compatíveis com a atividade;
- apoios para postura adequada;
- iluminação apropriada; e
- diminuição dos riscos decorrentes de movimentos repetitivos.

Os estabelecimentos também deverão promover:

- capacitação periódica em segurança;
- programas de orientação ergonômica;
- manutenção preventiva de máquinas;
- ventilação adequada; e
- controle ambiental.

Matéria completa:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1312650-projeto-estabelece-regras-de-saude-e-ergonomia-para-trabalhadores-do-setor-textil>

Fonte: Agência Câmara